



O REALISMO CONTEMPORÂNEO E A INSERÇÃO DE NOVAS PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA E AMEAÇA NA TEORIA CLÁSSICA

*Rafael Macedo da Rocha Santos*¹

Resumo

O realismo continua sendo a principal corrente teórica das relações internacionais. No entanto, o fato de ser a priori uma teoria atemporal voltada para o conjunto das sociedades não trata de certas particularidades contemporâneas. A racionalidade da sobrevivência realista permanece em sua essência, apesar dos países terem adaptado tais premissas para um ambiente mais cooperativo e menos tenso do que previa a teoria clássica realista. Nesse sentido, o interesse nacional continua prevalecendo nas decisões de Estado, porém agora não só voltado para a questão da guerra iminente. Não se trata, entretanto, do apogeu de uma teoria liberal, mas sim de um novo redirecionamento para questões como integração e cooperação financeira. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é debater algumas questões voltadas para as novas percepções sobre o realismo teórico.

Palavras-chave

Realismo;
Cooperação;
Interesse nacional;
Ordem mundial,
Conflito.

CONTEMPORARY REALISM AND THE INSERT OF NEW PERCEPTIONS OF SECURITY AND THREAT IN CLASSICAL THEORY

Abstract

Realism remains the main theoretical trend in international relations. However, the fact that it is a priori a timeless concept focused on the whole of societies does not deal with certain contemporary particularities. The rationality of realistic survival remains in its essence, although countries have adapted such premises to a more cooperative and less tense environment than the "hard" classical theory predicted. In this sense, the national interest continues to prevail in the decisions of State, but now not only turned to the issue of imminent

Keywords

*Realism;
Cooperation;
National interest;
World order,
Conflict.*

¹ Bolsista CAPES. Doutorando em História Comparada (PPGHC-UFRJ), E-mail: rafaelmrsantos@yahoo.com.br

war. It is not, however, the culmination of a liberal theory, but a new redirection to issues such as integration and financial cooperation. The objective of this article is to discuss some of the questions about the new perceptions about realism.

Introdução

A proposta do artigo consiste em analisar meios de discussão teórica sobre uma nova forma de realismo contemporâneo. Não se trata aqui de retirar o realismo de seu protagonismo em termos de política externa, mas apontar de que forma tal teoria fora readaptada para as condições mais suaves das relações interestatais.

Nesse sentido, o objetivo principal desse trabalho se debruça sobre as novas formas de adaptação do realismo para a atual conjuntura mundial. Não se trata de realizar um vasto histórico das origens desse pensamento: muitos trabalhos já se propuseram com essa temática. Trata-se apenas de aplicar temas do realismo para alguns casos da contemporaneidade, levando em conta certos equívocos quanto a ideia de seu universalismo atemporal.

Nesse sentido, inserimos a ideia de ordem mundial, tão debatida na atualidade. Trata-se de analisar que o realismo fora adaptado para um ambiente cooperativo, sem que com isso a própria teoria realista tenha perdido sua predominância e sem que a sobrevivência tenha sido substituída por qualquer outra premissa. Defenderemos aqui que o realismo apenas fora acrescentado de maior ênfase em termos cooperativos, ganhos financeiros e menor tensão.

1 - A relativização do realismo no sistema internacional:

O poder efetivo de uma política externa está diretamente relacionado às capacidades materiais que o Estado dispõe como sua relevância geopolítica, grandeza territorial, econômica e militar. Dessa forma, seu alcance regional ou global resultaria do poder relativo que um país exerça em comparação aos outros que formam o sistema internacional.

A anarquia predominante no realismo, presentes nos escritos de Thomas Hobbes (“guerra de todos contra todos”) ou na noção de guerra preventiva de Tucídides (“guerra preventiva”) não deixou de ser praxe nas relações interestatais: a perda de exclusividade, entretanto, com o advento de novas formas de cooperação como a ideia de integração regional seriam outras maneiras de garantir suas sobrevivências, mas baseadas em outras premissas “tangíveis”.

Sem a presença de um poder ou autoridade legítimas, as relações internacionais se caracterizariam em sua essência pela ausência ou regulação de um poder supremo reconhecido como superior pelos demais países, dizem os autores realistas como Morgenthau.

Apesar de negar qualquer ideia de abstração no tratamento das relações interestatais, o realismo defende uma contextualização das circunstâncias concretas de seu tempo e lugar. A aplicação “pura” realista deve levar em conta fatores morais e princípios contemporâneos que são desprezados pela teoria clássica da “guerra de todos contra todos” hobbesiana.

Diversos autores já trataram de relativizar o realismo dentro das relações internacionais, sobretudo, autores liberais como Robert Keohane. A própria existência de Estados “mais realistas e menos realistas” indicam que a homogeneização da teoria de realismo fora relativizada em outras premissas, apesar de permanecer constante e prioritária na forma de concepção das relações interestatais.

A transferência de prioridades das relações interestatais para as relações entre os povos, típica do mundo pós-globalização seria um fator que a priori reduziria as tensões *causus belli*. A diminuição do papel do Estado e a consolidação da democracia inserem novos debates nas discussões interestatais como, por exemplo, as relações culturais entre os povos (construtivismo), que seriam inconcebíveis em um realismo clássico hobbesiano.

Os marcos desse sistema de contenção do realismo clássico muito se assemelham com as normas instituídas pelas potências europeias após a queda de Napoleão Bonaparte: a Paz dos Cem Anos (1815-1914), que manteve certa estabilidade no mundo ao longo do século XIX. As potências da época interviam em países problemáticos, que poderiam fazer com que todo esse sistema de segurança desmoronasse.

A ruína desse mecanismo esteve justamente atrelada à falta de convergência política entre os atores do sistema, sobretudo, entre o choque de democracias liberais e regimes nazifascistas. A existência de Liga das Nações, uma tentativa de apaziguar tensões, se transformou em um instrumento inútil, devido à essa falta de convergência entre as potências.

A obra clássica “Vinte Anos de Crise” (1919-1939) de Edward Carr, uma das pioneiras entre os pensadores realistas, trata justamente da ausência de regulação internacional capaz de prover um sistema confiável e seguro para aquela época. O período entre as guerras mundiais de fato representará o apogeu da teoria realista, dominando a disciplina até os anos 1970.

Ficava claro que o realismo trataria de dominar o período entre guerras com as consequências nefastas que trariam. Apenas a partir dos anos 1970, surgiriam as primeiras correntes liberais institucionais que pregavam a cooperação ao invés do conflito. No entanto, isso não retirou a primazia do realismo sobre a concepção teórica de relações internacionais

Com as relações internacionais contemporâneas cada vez mais voltadas à uma ideia ligada a ganhos financeiros com comércio ou investimentos, a tensão com conflitos se viu secundarizada pela enorme capacidade de destruição adquirida pelos países. O custo de manutenção de forças militares periódicas seria inviável em um realismo pleno, sobretudo, para as nações menores e mais fracas do sistema internacional.

Havia também necessidade de que as relações exteriores trouxessem ganhos financeiros reais, seja com comércio, seja com investimentos. Nesse sentido, um ambiente de constante hostilidade atrapalharia os negócios que os países desejassem realizar entre si. Inserem-se assim agora o “interesse nacional” baseado mais em ganhos financeiros com o exterior do que com perdas como excessivos gastos militares.

A própria segurança em termos de defesa traz também a ideia de segurança jurídica para a realização de negócios. Com um sistema econômico financeiro que cada vez menos concebe fronteiras nacionais, os enormes fluxos econômicos contemporâneos não conceberiam as tensões típicas de um realismo em sua essência.

A própria ideia de globalização trouxe um afrouxamento em relação à época da guerra fria, apesar de não ter destruído por completo a ideia de “zonas de influência” que perdura desde aquela época até os dias atuais. Muitos dos blocos de defesa coletivos como OTAN e TIAR ainda vigoram na atualmente, apesar do fim da guerra fria, o que demonstra a permanência da ideia de uma “paz armada” ainda presente nas atuais relações internacionais.

A grande diferença é que essas áreas não se dividem mais apenas entre os mesmos atores da bipolarização, mas sim em torno de um único ator (EUA) ou de um bureau de países compreendidos como emergentes (China, Rússia e outros), conforme visão de cada autor². As influências mudaram, mas persiste a ideia de áreas de influência em termos de segurança³.

A manutenção da estabilidade naquele momento era compreendida como uma “paz armada”, onde as duas potências da época (URSS e EUA) se contingenciavam entre si, sabedoras de suas capacidades nucleares. Os mesmos mecanismos se mantiveram após os anos 1990, mas dessa vez com o domínio dos EUA como única superpotência mundial.

As experiências traumáticas provocadas pelas guerras do passado gera uma repulsa de grande boa parte das populações. Nesse sentido, a opinião pública atua como um fator desmotivador para aventuras militares de conquista ou “guerra preventiva”, haja vista a grande influência que poderes constituídos e democracia exercem sobre os “homens de Estado”.

O bem-estar das populações passou a predominar sobre as antigas “Doutrinas de Segurança Nacional”, mecanismos institucionais que permeavam as relações internacionais durante períodos de exceção nos anos 1960 e 1970. O esgotamento desse modelo deu lugar à formas de cooperação conforme os estudos de Robert Keohane nos anos 1980.

Nesse sentido, as populações passaram a cobrar de seus governantes ações internas ao invés de gastos excessivos com aparatos de segurança. André Luiz Neves (2009) articula

² Immanuel Wallerstein e seu “sistema mundo” concebiam a possibilidade de que a hegemonia de uma superpotência pudesse relativizar a anarquia característica das relações internacionais atuando como um mecanismo regulatório. Já Robert Keohane, autor liberal, defendeu em fins dos anos 1980, a ideia da Teoria da Estabilidade Hegemônica, ou seja, a possibilidade de que haja um mundo multipolar

³ Nesse sentido, insere-se a recente condenação russa ao avanço da OTAN sobre antigos satélites soviéticos como Ucrânia e Polônia, além de diversos outros países da Europa Oriental.

fatores internos para essas mudanças: “a evolução natural das coisas na última geração invalidou toda uma argumentação econômica a favor dos conflitos armados” (p.60).

As Forças Armadas, em um ambiente de menor tensão *causus belli*, buscam novas funções como o combate ao narcotráfico. Isso por si só indica uma grande transformação de prioridades a respeito da mudança do inimigo externo para um inimigo interno. Nesse sentido, essas atribuições indicam uma mudança de contexto em termos de segurança, agora muito mais voltada para ameaças assimétricas ou problemas internos como o narcotráfico.

Os altos custos de manutenção de uma força militar dissuasiva constante era nociva aos próprios orçamentos dos países do sistema. A inviabilidade desse pensamento substituiu a noção clássica de guerra hobbesiana de todos contra todos, haja vista que não era conveniente à nenhum dos atores do sistema estar em constante conflito.

2 - A consolidação da ideia de “ordem mundial”:

A instauração da noção de ordem mundial, pressuposto típico do liberalismo pós-década de 1990, supõe a formação de uma sociedade global com o intuito de evitar ameaças generalizadas à segurança coletiva. Tal princípio se desenvolveu basicamente em fins da guerra fria (anos 1980) com a crescente liberalização da opinião pública mundial.

Esse mecanismo de supressão de diferenças veio em parte como herança da guerra fria, quando mecanismos de autodefesa, sobretudo regionais, vieram a consolidar boa parte da ideia de estabilidade em termos de segurança coletiva. A ideia de progresso pela força deu lugar à ideia de que nenhum Estado creia ser vantajoso tentar uma mudança de *status* a seu favor.

Trata-se assim de conceber tratados de defesa como a OTAN e o TIAR como fiadoras de um modelo pacificador típicos da guerra fria baseado em conceitos como “um ataque à um significa um ataque à todos”⁴. Esse tipo de racionalismo permaneceu após os anos 1990, mesmo com cada Estado ainda permanecendo como fiador próprio de sua sobrevivência.

A disseminação das propostas de integração regional ganharam bastante pertinência a partir dos anos 1990 e também incentivaram a relativização do realismo. Os acordos firmados em bloco (não necessariamente geográficos) auxiliariam no cumprimento de tratados e tornariam as ações estatais mais previsíveis, gerando uma confiabilidade e previsibilidade de ações menos ameaçadoras em relação à outros Estados.

Para as grandes potências, trata-se de manter ampliar sua influência sobre novos territórios. Para os países mais fracos, trata-se de garantir mecanismos de sobrevivência institucionais com base em acordos e tratados, sem a necessidade de arcar com grandes custos militares (impossíveis diante de sua realidade financeira).

⁴ Temos o exemplo da Costa Rica que praticamente desmobilizou as suas Forças Armadas a partir da assinatura do TIAR em 1947, garantindo que a superpotência da época (EUA) garantiria sua independência. Casos de ingresso de países fracos como Portugal em acordos de segurança coletiva como a OTAN exemplificam como membros menores passaram a ver suas sobrevivências atreladas com países mais fortes.

Tais ideias surgem como uma forma de consolidação de um *status quo* e de manutenção de uma situação em que interesses de potências dominantes não estivesse em risco. O alto custo de manutenção de forças militares e o grande gasto com compra de armamentos seriam alguns dos fatores desmotivadores do realismo clássico.

Vários autores questionam o conceito de anarquia das relações internacionais: tal noção se tornaria relativa quando se expõe que o entorno do Estado e da associação entre esses, estaria mais consistente inserido com formas reguladas de interação e estabilidade. Diante de um “realismo clássico”, essa manutenção de intercâmbios financeiros ou culturais interestatais seria praticamente impossível.

A existência de uma ideia de ordem mundial diminui a visão clássica de anarquia e institui, por exemplo, noções de moral, de sociabilidade, de respeito às pautas transversais e aos princípios democráticos nas relações entre os Estados. Trata-se assim de uma transferência de princípios de estabilidade internos para valores de previsibilidade nas relações externas.

A quebra de qualquer um desses paradigmas indicaria ameaça à ideia de “ordem mundial” conforme proposta dos liberais teóricos. Esse fator indica o compromisso com premissas comuns como a democracia para que o sistema simplesmente não desmorone como ocorrera no passado, conforme verificamos no período entre guerras (1919-1939).

Tanto os Estados mais fortes quanto os mais fracos se veem representados nesse tipo de esquema: os mais fracos veem sua segurança garantida pelo compromisso coletivo pela estabilidade e pelo reconhecimento de seus direitos em fóruns internacionais. Essa interdependência tornou as decisões individuais dos Estados cada vez mais sujeitas a um entendimento maior, como por exemplo, alinhados com os interesses de um bloco regional.

A previsibilidade de ações auxilia a ideia de diplomacia cooperativa para o desenvolvimento e torna as atitudes estatais mais transparentes e públicas. A proliferação de organismos internacionais obrigou uma parcela dos países a abrirem mão de suas soberanias em prol de uma governança mundial e que se mantivesse como fiadora da estabilidade internacional.

Os mais fortes em contrapartida poderiam manter boa parte de seu *status quo* dominante. Um bom exemplo disso são os arsenais nucleares “exclusivos” das grandes potências evitando que outros atores emergentes desenvolvessem tais armamentos. Esse acordo de conveniência entre fortes e fracos é retratado por José Guilhon Albuquerque (2005):

A ordem política estável só é possível porque existe uma autoridade suprema que deriva da necessidade de superar a natureza intrinsecamente conflituosa da sociedade. E essa autoridade suprema só é aceita pelas partes em conflito porque não apenas garante os grandes contra a ameaça de anarquia como também garante o povo contra a ameaça de opressão proveniente da ambição dos grandes (ALBUQUERQUE, 2005: p.23).

O equilíbrio sempre tende ao mais forte, com o mesmo exercendo uma função regulatória sobre os demais componentes do sistema. A ideia de “ordem” pressupõe um contraponto à desordem que caracterizaria a anarquia das relações internacionais na visão do realismo.

Essas mudanças atuais são baseadas no aumento do papel de outros atores nas relações internacionais, mas não na perda de exclusividade das funções do Estado. Por isso mesmo não podemos dizer que o realismo foi superado: apenas passou por uma nova dimensão de compreensão teórica, que muitos autores passaram a chamar de neorealismo: a possibilidade de governança global mesmo em um sistema predominante anárquico.

Com ameaças internacionais cada vez mais comuns ao grupo de países como o terrorismo, o conflito iminente baseado em Tucídides ou Hobbes dá lugar a um espaço de política de cooperação em relação ao combate de ameaças “assimétricas” da atualidade como o terrorismo ou o tráfico de drogas. O esforço coletivo das nações se dá conjuntamente, o que expressa uma forte convergência de valores e interesses contra atores não-estatais como grupos religiosos fundamentalistas e extremistas dos mais variados tipos.

As democracias obrigaram os governantes a darem melhor proveito e satisfação ao gasto público do que simplesmente com despesas militares. Nesse sentido, a relação custo-benefício se faz presente como um desestímulo a quaisquer tentativas de mudanças no sistema internacionais, sobretudo, as sanções vindas das maiores potências.

A preocupação com a manutenção da ordem fica clara quando da intervenção em conflitos menores que podem desestabilizar todo o sistema. Nesse sentido, qualquer tentativa de instabilidade é tratada como uma ameaça e devidamente enquadrada dentro de certos marcos regulatórios estabelecidos previamente como acordos coletivos.

3 - O neorealismo:

A compreensão de que as dificuldades oriundas da anarquia limitaria a atuação dos Estados fez com que novos pensamentos teóricos surgissem, sem descaracterizar a busca pelo interesse nacional. A ausência de autoridade formal e legítima clássica do realismo no entanto daria forma a outras formas de concepção de um realismo menos conflitivo.

Kenneth Waltz é o maior expoente dessa forma de pensar um novo realismo para as relações internacionais: o advento de um estruturalismo moderno, baseado em novas premissas comportamentais dos Estados-Nações como cooperação e convívio. Suas análises se concentram a partir de fins dos anos 1970 concomitante à emergência das teorias idealistas, indicando que uma revisão das próprias premissas realistas clássicas.

Essa reformulação fora precipitada sobretudo pela coexistência pacífica da guerra fria, um período de apaziguamento de tensões entre URSS e EUA. Diversos acordos de não-proliferação nuclear firmados no governo Jimmy Carter (1976-1980) e uma crescente política

de direitos humanos fizeram com que a ideia de poder fosse adaptada para outros contextos.

Como uma abordagem contemporânea, o conceito se adaptou à algumas das premissas como a noção de que as estruturas impõe limitações ao sistema e se sobrepõe à paixões de ambição e ego alegadas pelos realistas clássicos. Mesmo assim, os Estados continuam buscando os seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos outros Estados.

Conclusão

O realismo continua sendo a principal corrente de pensamento das relações internacionais, embora muito de suas paradigmas clássicos tenham sido suavizados. A ascensão do neorealismo emerge de brechas na teoria clássica, que por vezes, não conseguiam dar conta de certos fluxos internacionais, sobretudo, os financeiros, migratórios e culturais.

Logicamente, os países continuando agindo por si próprios em situações extremas, apesar de todos os processos integracionistas. A ideia de que o interesse nacional passaria a estar mais protegido mediante acordos coletivos é um dos grandes desafios para a teoria realista. Lidar com os ganhos e perdas da interdependência se configura como outro desafio.

A prosperidade buscada pelos países passa inerentemente por atração de recursos estrangeiros, que seriam inconcebíveis em uma situação de tensão constante. Nesse sentido, não se trata de uma dependência, mas de uma interdependência em que todos (fortes e fracos) possuem interesses implícitos, sejam eles menores (fracos) ou maiores (fortes)⁵.

Apesar da busca pelo poder ainda ser exercida pelos mecanismos tradicionais, o novo realismo trata de uma busca pelos mesmos preceitos clássicos, mas sob outras condições, diferentes daquelas defendidas por autores realistas como Hobbes e Tucídides.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, José Guilhaon. **Relações Internacionais Contemporâneas: A ordem mundial depois da guerra fria**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BUZAN, Barry, WAEVER, A. **New Framework for Analysis**. Boulder, C.O.: Lynne Reinner Publishers, 1998.

BUZZAN, Barry. **From international system to international society: structural realism and regime theory meet the English school**. In: *International Organization* 47, pp. 327-352.

CABRAL, Ricardo Pereira. **O fim da guerra fria e as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil frente à crise de segurança hemisférica (1991-2001)**. Rio de

⁵ Keohane e Nye desenvolvem uma teoria chamada “interdependência complexa” que lança os benefícios e perdas dos países na aceitação de um sistema internacional. Em comum, segundo os autores liberais, consiste no menor uso da força, já que o custo de utilização dessas não compensaria as grandes em outros setores como comércio, tecnologia e investimentos.

- Janeiro: Dissertação de Mestrado do PPGHC/UFRJ, 2005.
- FIORI, José Luís. **O mito do colapso do poder americano**. São Paulo: Record, 2008.
- HAFTENDORN, Helga. **The security puzzle: theory-building and discipline-building International Relations**. In: *International Studies Quarterly*. v. 35, n. 1, 1990.
- KRASNER, Stephen. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. In: *Revista de Sociologia e Política* v. 20, 2012.
- NEUMAN, Stephanie. **International Relations Theory and the Third World**. Nova York: St. Martin's Press, 1998.
- NEVES, André Luiz. **Teoria das Relações Internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. Brasília: UnB, 2004
- PAIVA, Ana Luíza Bravo e. **Instituições de Defesa e Processo Decisório**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado do PPGHC, 2016.
- POLANIY, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. **Segurança e Defesa nacional: conceitos básicos para uma análise**. In: *Revista Brasileira de Política internacional*. 53 (1): 5-24, 2010.
- RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?** In: *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 2, jul. -dez. 2005, pp. 297-323.
- RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan. **A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos**. *Revista de Política Internacional*, volume 16, nº 3, 2008.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira**. *Revista Brasileira de Política Internacional*: volume 50, nº 2, 2007.
- VILLA, Rafael Duarte. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. **Segurança Internacional e Normatividade: é o Liberalismo o elo perdido dos Critical Securities Studies?** *Lua Nova*, São Paulo, 73: 95-122, 2008.
- VIOLA, Eduardo. **A Multidimensionalidade da Globalização, as Novas Forças Sociais Transnacionais e seu Impacto na Política Ambiental no Brasil, 1989-1995**. In: Ferreira, L. & Viola, E. *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). **A Grande Crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ZHEBIT, Alexander (org.). **Ordem e Pacis**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.